



ENTREVISTA

“O OE é para todos os portugueses e tem de ser sustentável”

Mário Centeno Em fase de negociação do OE para 2019, o ministro das Finanças avisa que “não é possível pôr em causa a sustentabilidade de algo que afecta todos, só por causa de um assunto específico”: o tempo de serviço dos professores

Sérgio Aníbal e Raquel Martins

A menos de três meses da apresentação do último orçamento da legislatura, Mário Centeno olha para as sondagens e o que vê é um país que valoriza a sustentabilidade das contas públicas. O ministro das Finanças deixa um aviso aos partidos que apoiam o Governo no Parlamento quanto à contabilização do tempo de serviço dos professores ou a aumentos salariais na função pública. Essas medidas, diz, não estão previstas no programa do Governo e as decisões a tomar não podem pôr em risco o caminho que o país já percorreu. Além disso, alerta, só com os compromissos já assumidos, as despesas com pessoal deverão

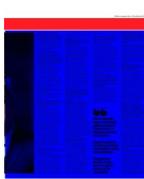
crescer 3% no próximo ano.

A recuperação do tempo de serviço dos professores é um dos temas que vão marcar o Orçamento do Estado (OE) para 2019. A solução que for encontrada é a chave para que o OE tenha o acordo da esquerda no Parlamento?

A pergunta, feita dessa forma, não é a mim que tem de ser colocada. Esse é um tema novo, que não consta do programa do Governo nem do quadro orçamental que definimos para esta legislatura, é um tema complexo e difícil pela sua dimensão orçamental. Por vezes, estes debates ganham contornos que fazem esquecer o ponto de partida: este Governo tomou muitas decisões com incidência sobre a carreira dos professores e a primeira foi assumir a contagem do tempo com o descongelamento. A dinâmica

da carreira dos professores e das regras estabelecidas significa que, ao longo deste ano, 46 mil professores vão progredir e, embora esse impacto financeiro seja desfasado, este ano é de 37 milhões de euros. O OE para 2019 terá uma verba adicional de 107 milhões de euros para fazer face às progressões. Esta aceleração não tem paralelo nas outras carreiras da administração pública. **Mas esse é o resultado das regras que estão em vigor.** Essa é que é a notícia: este Governo cumpre as regras. E as regras são as que hoje existem e foram aquelas que foram estabelecidas em 2011, 2012, 2013 até 2017 [que determinam que, nas carreiras cuja progressão assenta no tempo de serviço, o período de congelamento não é tido em conta] e que este Governo quer cumprir. **O Governo já assumiu que,**





pelo menos, uma parte do tempo de serviço do período do congelamento iria ser tido em conta. O OE para 2018 tem uma norma específica sobre o tema. Temos de ler a norma até ao fim e o que ela diz é que isso se fará num contexto negocial e tendo em conta a compatibilização com os recursos disponíveis.

Quando lhe perguntamos se a recuperação do tempo de serviço dos professores é um tema importante na negociação do OE é porque há quem queira ir mais longe, nomeadamente os partidos que apoiam o Governo. Até onde é possível ir?

Se encontrarmos as fontes de sustentabilidade da recomposição da carreira; note que o que estamos também a discutir é a ideia da recomposição. Há muitas coisas a discutir e a mais importante é que este Governo é o primeiro, em muitos anos, que respeita na íntegra o estatuto da carreira docente e que tem feito um esforço enorme no aumento do número de docentes.

Mas há quem considere que isso não é suficiente.

Há sempre muita ambição e quando a ambição vai além das nossas capacidades, muitas vezes falhamos.

Há pouco disse que é preciso discutir a recomposição da carreira docente. O que é que isso significa?

É um debate que temos de ter, em primeira mão, com os sindicatos. Para que se consiga encontrar uma solução, todas as variáveis da equação têm de estar em cima da mesa. Em 2011, 2012 e por aí adiante houve uma norma nos orçamentos que teve uma determinada consequência, que não foi considerada institucional e que faz parte do enquadramento legal vigente. Seria muito complexo, até em termos de comparabilidade com os outros trabalhadores, o Governo reequacionar decisões legais anteriores. Consideramos que é possível negociar a partir daquele ponto de partida que apresentámos [recuperar dois anos de serviço].

Portanto, o tema dos professores não é determinante no quadro do OE?

O OE é um exercício complexo e para todos os portugueses. Temos, em nome de todos os portugueses, de propor um orçamento que seja sustentável, que olhe para o futuro e mostre a continuação do caminho que temos vindo a seguir até aqui. Ninguém iria entender que não fizéssemos exactamente isto e, portanto, não gostaria de singularizar num só tópico. Temos

um orçamento, repito, que é para todos os portugueses e que tem de ser sustentável.

Negociar este orçamento é diferente do que aconteceu com os anteriores? Por ser o último ano da legislatura.

É diferente no sentido em que os pontos de partida são diferentes e em que é necessário acomodar decisões que já tomámos e que são distintas das do ano passado.

E em relação aos parceiros políticos, estamos perante um exercício diferente?

Não sinto isso. É normal que, no ciclo político que tem a duração de quatro anos, cada orçamento tenha o seu significado. As sondagens que têm sido feitas sobre estas matérias mostram a importância que os portugueses dão à questão da sustentabilidade e esse é para mim um activo insubstituível e que temos de saber traduzir nas decisões que tomamos. Não é possível pôr em causa a sustentabilidade de algo que afecta todos, só por causa de um assunto específico.

Dado que estamos no último ano da legislatura, a pressão para acomodar determinadas reivindicações é grande.

Votam cinco milhões de portugueses.

Mas quem vota o OE no Parlamento são os deputados.

O orçamento é feito para nove milhões e meio de portugueses e ninguém duvide de que tentarei, na medida das minhas capacidades, traduzir neste exercício aquilo que é o possível, no contexto dos princípios financeiros e económicos que me têm guiado desde que sou ministro das Finanças. Os países são mais fortes quanto mais capital social têm, e o capital social é a capacidade de os representantes dos cidadãos traduzirem a vontade desses cidadãos. Não há nada pior para a estabilidade política do que ter políticos que, de repente, se tornam impacientes.

Sente alguma impaciência nos políticos em Portugal?

Não e não antecipo que vá acontecer. Uma das virtudes do sistema político português é a sua capacidade de resistir a essas tentações de impaciência que estão muito associadas ao populismo. Os movimentos populistas são, no geral, más respostas a problemas concretos e, normalmente, surgem porque políticos com provas dadas se tornaram de repente impacientes e tentaram criar caminhos mais curtos para dar resposta a problemas. Basta olhar para o "Brexit", para o trajecto do antigo primeiro-ministro britânico [David

Cameron] e como é que se chegou ali.

Em Portugal, a fronteira entre populismo e não populismo está nestas questões orçamentais?

Não me parece, porque há um sentimento muito forte dos portugueses face à responsabilidade e à exigência que colocam nos políticos que gerem as questões orçamentais. Não me queria tornar maçador a citar sondagens, mas em Junho de 2017 perguntou-se aos portugueses qual dos três eventos mais aumentavam a sua auto-estima: ganhar o campeonato europeu de futebol, a saída do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE) ou ganharmos a Eurovisão. A resposta que teve mais escolhas dos portugueses foi a saída do PDE.

O facto de as pessoas valorizarem a saída do PDE pode aumentar as expectativas quanto ao que pode ser feito, criando, por exemplo, a ideia de que pode haver aumentos na função pública.

Este Governo rompeu com um discurso que estigmatizava os funcionários públicos *versus* funcionários do sector privado. É um discurso que rejeitámos desde o início, acelerámos os processos de reposição salarial.

Mas há funcionários públicos



Não há nada pior para a estabilidade política do que ter políticos que, de repente, se tornam impacientes

Quando a ambição vai além das nossas capacidades, muitas vezes falhamos

Não podemos de todo, e não o faremos, pôr em risco o que foi conseguido

que nunca tiveram corte directo no salário e, por isso, não beneficiaram da reposição, e que também não têm sido aumentados por via do salário mínimo.

Gostava mais de tratar de todos os portugueses do que olhar apenas para os funcionários públicos. A verdade é que em 2018 todos os portugueses têm uma taxa de IRS efectiva inferior à de 2017, por virtude da alteração de escalões e da redução da sobretaxa nos escalões mais altos. Estas são as políticas que devemos preservar e implementar.

Aumentar os salários dos funcionários públicos não está a ser equacionado?

É algo que, não estando no programa do Governo, nem no Programa de Estabilidade, temos de conscientemente entender como é que elaboramos um documento orçamental sem perder nenhuma das características que permitiram que Portugal evitasse um processo de sanções e de suspensão de fundos e permitisse a saída do PDE e da classificação de "líxo". O OE não está fechado, é um exercício colectivo que deve reflectir o sentir daquilo que as pessoas têm em mente e os anseios verdadeiros de estabilidade política e financeira que o país tem.

Como é que, com o investimento em pessoal que diz haver e com os efeitos do descongelamento das progressões, se pode perceber a previsão de crescimento das despesas com pessoal no OE, que é bastante modesta?

As despesas com pessoal no ano de 2018, até Maio, estão em linha com o que tínhamos programado. E as pressões que existem sobre as despesas com pessoal são fáceis de identificar no próprio orçamento: tinham que ver com o descongelamento, com os acordos colectivos que tínhamos feito e as pressões que vinham do lado da Saúde. Não há nenhum desvio que eu consiga identificar e a nossa expectativa é que o valor das despesas com pessoal esteja em linha com o que estava projectado. **E para 2019, o crescimento pode ser maior?**

Para o ano que vem, o custo do descongelamento só por si duplica o seu valor, passa de 200 para muito próximo de 400 milhões de euros. Destes, 107 milhões são de professores, isto é, o descongelamento da carreira dos professores é responsável por mais de metade do aumento do custo total com o descongelamento. Depois temos a pressão que vem das contratações que fizemos na Saúde e que só têm impacto



ENTREVISTA

em metade do ano em 2018 e em todo o ano que vem.

Portanto, já está a identificar vários factores de pressão sobre a despesa com pessoal no próximo ano?

Sim, sobre o OE. Há ainda as horas de qualidade [na Saúde] e a reposição do valor total das horas extraordinárias que têm um faseamento de implementação no orçamento ao longo de 2018.

De que aumento de despesa estamos a falar com estes factores?

A estimativa com que estamos a trabalhar é superior a 500 milhões de euros. Ou seja, estamos a falar de um crescimento que se aproxima dos 3%. São valores muito significativos. Não podemos de todo, e não o faremos, pôr em risco o que foi conseguido.

Em relação às pensões, o primeiro-ministro assumiu que 95% dos pensionistas terão aumentos em 2019. É o aumento decorrente da fórmula de actualização ou há um compromisso de dar aumentos extra?

Não há um compromisso com a existência desse aumento extraordinário. A grande conquista desta legislatura foi o cumprimento da fórmula de actualização das pensões, que foi retocada para abranger uma fatia significativa de pensionistas. É a primeira vez, em mais de uma década, que em dois anos consecutivos 95% dos pensionistas têm aumentos reais.

Na área dos impostos, haverá novidades em 2019?

Há uma medida que continua o seu efeito em 2019 que é a segunda fase da alteração dos escalões do IRS, com um custo de 155 milhões.

O corte do adicional ao Imposto sobre os Produtos Petrolíferos que foi chumbado na AR pode ser feito no OE?

Não concordo com esta ideia de que, porque o preço do petróleo está mais alto, devemos cortar a taxa do ISP. A taxa de inflação que estava projectada no orçamento é muito superior à que hoje temos e não é por isso que o Governo deve propor hoje aumentar o IVA para compensar uma evolução nominal da economia mais ténue. Não é assim que se faz política orçamental.

“Estamos a pôr os recursos e a sociedade espera que o SNS responda”

Às críticas de deterioração do SNS, Centeno responde que em três anos reforçou em 700 milhões o orçamento da Saúde. “É muito dinheiro”, diz

Sérgio Aníbal e Raquel Martins

O PCP e o Bloco têm falado muito na necessidade de reforçar o investimento, principalmente na Saúde e na Educação.

Há intenção de o fazer de forma clara no OE2019?

Nós temos reforçado muito o investimento. No sector da Saúde, por exemplo.

Quem ouve os agentes do sector fica com uma impressão diferente...

Damos uma atenção muito grande ao que as pessoas dizem, mas não só as pessoas do sector. Estudos de opinião que têm sido feitos têm demonstrado que a maioria esmagadora dos portugueses está satisfeita e considera que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) é suficiente, bom ou muito bom. Isto é verdade no estudo feito pela Aximage em Abril e, no passado fim-de-semana, uma sondagem de outro instituto diz que 80% dos portugueses estão satisfeitos, muito satisfeitos ou extremamente satisfeitos com o SNS. Isto é algo que seguramente nos deve motivar

a fazer mais, mas que nos ajuda também a não nos perdemos na espuma de uma discussão que tem demasiados envolvidos e interessados. A Saúde é um tema muito sensível e que tem de ser discutido com enorme clareza, porque os interesses envolvidos são muito grandes. É factual que a despesa orçamentada na Saúde em 2018 é 700 milhões de euros superior à de 2015. E corremos o risco de, como em 2016 e 2017, a despesa realizada vir a ser superior à orçamentada. É muito dinheiro, é um crescimento entre 8% e 9% do orçamento da Saúde em três anos.

Esse crescimento da despesa revela-se em quê?

Significou, por exemplo, um crescimento muito grande do investimento mais importante que se pode fazer na Saúde, que são os seus recursos humanos. Nós estamos a pôr os recursos, e a sociedade como um todo está à espera que o SNS responda. Neste momento, no SNS, há mais 3400 médicos do que em 2011. Há mais 1670 enfermeiros do que em 2011. E não só em termos de números, mas também daquilo que são as suas condições de trabalho, desde logo com a redução da semana de trabalho para as 35 horas.

Mas se reduz o horário de trabalho, esse efeito do aumento de pessoal dilui-se...

Muito bem. Por isso, a abordagem é reforçarmos, havendo mais 2000 trabalhadores cuja contratação está em curso. Esperamos também que, com a redução para as 35 horas, indicadores como o absentismo se reduzam. Se reduzirmos para metade a taxa de absentismo em algumas classes profissionais da administração pública, expandimos em mais de 7% o número de funcionários a trabalhar.

Já há algum efeito prático na taxa de absentismo decorrente das 35 horas? O Governo apontava para uma poupança de 60 milhões de euros com a redução do absentismo.

Não tenho resultados que lhe possa dar. Mas estamos a trabalhar nesta matéria. Por exemplo, havia um bloqueio nas juntas médicas na educação, havia mais de 6500 juntas médicas em atraso porque não havia capacidade de resposta. Fizemos um acordo com a ADSE para que pudesse haver uma recuperação desse atraso. Em resultado do primeiro bloco de juntas médicas que foram feitas, mais de 2300 professores

voltaram a trabalhar. Alguns só não voltavam porque precisavam da junta médica. Poupámos muito dinheiro nestas medidas e temos de continuar. Quem paga o SNS são os portugueses e eles têm de exigir que, quando colocamos estes recursos, os resultados surjam. Mais 8500 profissionais em dois anos são muitos profissionais.

Então porque é que acha que vários profissionais do sector denunciam a falta de condições e de investimento no sector?

Não é possível que, num sistema que tem dezenas, centenas de serviços dispersos, no caso da Saúde a funcionar 24 horas, eu possa ter a presunção de dizer que não há situações que não devam ser acomodadas. Há uma diversidade muito grande. Os números do crescimento do emprego por centros hospitalares são díspares de centro para centro. Tanto temos no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa crescimentos superiores a 20% no número de trabalhadores nos últimos três anos, como temos centros hospitalares, em particular em Lisboa, com crescimentos mais baixos. E há situações destas que são temporárias, como, por exemplo, o processo de





A Saúde é um tema muito sensível e que tem de ser discutido com enorme clareza, porque os interesses envolvidos são muito grandes

“O pior erro de um ministro das Finanças é comprometer o mesmo euro duas vezes”

O OE para 2018 previa que o investimento aumentasse 32,7% face a 2017, e estamos com um crescimento bastante inferior. Ainda é possível recuperar?

Aproveito para dizer que, neste momento, temos autorizados no sector da Saúde mais de 150 milhões de euros de investimento, a que teremos de acrescentar mais 50 milhões até ao final do ano, o que significa uma aceleração face ao ano passado. Agora, as razões principais pelas quais o investimento tem levado mais tempo a arrancar prendem-se com níveis reduzidos de execução de fundos europeus e o facto de muitos dos investimentos projectados requererem estudos e obras iniciais que estão em curso. Os grandes investimentos nos metros e na ferrovia são projectos que estão assumidos e que vão avançar.

Referir como uma das razões para o investimento demorar a arrancar a execução dos fundos europeus, mas estamos quase em 2020.

Em 2017 e no primeiro trimestre de 2018, a percentagem de investimento financiado por fundos nacionais tem um valor muito superior aos ciclos de fundos anteriores. O PT 2020 teve um reforço muito significativo dos fundos dirigidos às empresas e uma redução dos fundos para a administração pública. É apenas uma parte da explicação, concentrar-me-ia mais no facto de alguns destes projectos serem de grande dimensão e estarem ainda na fase de estudo.

E em 2019?

No Programa de Estabilidade incluímos alguns investimentos – metros, ferrovia, Hospital de Lisboa Oriental e Hospital do Seixal – e a expectativa é que em 2019

o investimento vai continuar a crescer acima do PIB. **Em 2018, vamos ter um nível de cativações inferior a 2017?**

O objectivo é cumprir o défice, que os serviços públicos funcionem e que haja verbas ao longo de todo o ano sem serem necessários orçamentos rectificativos. É a conjugação destes três objectivos que a equipa das Finanças tem tentado atingir nesta legislatura. Tivemos um valor de cativações particularmente elevado num contexto de especial incerteza sobre a execução orçamental. Em 2016, Portugal não podia falhar e era natural que o ministro das Finanças se rodeasse de todos os instrumentos que a política orçamental lhe atribui para que fossem afastados todos os dramas que enfrentámos. A partir daí, temos vindo a regularizar a situação.

Pelo que diz, parece que vai libertar verbas o menos possível?

Estou a dizer que as cativações têm dois objectivos. O primeiro é controlar o nível da despesa e torná-lo adequado ao longo do ano, mas também têm como função que haja dinheiro no fim do ano. O pior erro que um ministro das Finanças pode cometer é comprometer o mesmo euro duas vezes. E, infelizmente, Portugal tem uma longa história de comprometer o mesmo euro duas vezes. Não podemos voltar a esse tempo.

O Novo Banco vai precisar de novas injeções de capital?

Tenho sido muito cauteloso na abordagem desse tema. Há um mecanismo de contingente de capital que tem a validade de oito anos e que poderá ser accionado ao longo desse período. A expectativa é que as necessidades de injeção de capital por essa via sejam claramente decrescentes.

S.A. e R.M.

de execução já muito elevadas. Podemos dizer, por exemplo, que na administração interna, na PSP, o processo começou muito mais tarde porque houve uma série de clarificações que foram feitas e as primeiras progressões foram processadas em Junho e pagas com retroactivos. Na Ciência, o processo como um todo também está atrasado. É implementado ao nível das universidades.

São processos que não estão a ser pacíficos...

Mas é preciso notar que não estamos a falar de coisas que não são pacíficas por estarmos a cortar. Estamos a repor direitos, a repor pagamentos.

Os dados que existem mostram que, em Abril, havia 102 mil pessoas com progressões, muito aquém dos 80% de funcionários públicos que estava previsto. Qual é o valor agora?

A evolução dos números mais recentes é muito positiva [dados conhecidos já depois de a entrevista ser realizada dão conta de 344 mil trabalhadores abrangidos, incluindo nas empresas públicas], mas é um exercício de enorme dificuldade, em particular num contexto em que a informação é obtida de forma muito fragmentada e difícil de tornar coerente. Trata-se de materializar sete anos de avaliações que têm de estar registadas e validadas, que muitas vezes não foram feitas, sendo necessário recuperar o processo. **Onde é que está a base de dados da administração pública que foi prometida?**

O concurso já foi concluído, a escolha da empresa foi feita e vai ser implementada. A expectativa é que seja até ao fim deste ano.

É possível chegar ao final de 2018 cumprindo a estimativa de 80%?

É um objectivo que, dada a evolução que já tivemos, penso que é possível. Ficarei satisfeito se conseguirmos, no período de tempo durante o qual decorre o descongelamento, que todas as situações sejam identificadas e que os trabalhadores recebam os retroactivos a que têm direito.

sergio.anibal@publico.pt

raquel.martins@publico.pt

É um problema para o futuro?

A formação é uma área em que não podemos cometer erros. Dou um exemplo que considero um mau resultado para a qualidade da despesa pública: soube-se na última semana que reduzimos o número de vagas em cursos com notas de acesso muito elevadas, nas matemáticas e em algumas áreas da engenharia. É uma capacidade instalada que o país tem de formação e que vai ser menos aproveitada, já que foram reduzidas as vagas nesses cursos. É crucial que o país utilize todos os seus recursos nas suas melhores finalidades. É isso que temos de exigir na Saúde, nas universidades e em todos os sectores da administração pública. No orçamento que tenho de preparar e nos orçamentos que futuros ministros das Finanças terão de preparar, é preciso que haja esta dimensão, a de criar qualidade na despesa pública, e isto não é sinónimo de aumentar recursos só por aumentar recursos.

Ainda não começou a pagar progressões a todos os funcionários que têm direito.

É verdade, e não pagámos porque este processo é faseado. Mas neste momento temos taxas

substituição dos enfermeiros que passaram para a ARS. Temos de ter noção de que estas alterações, como a mudança para as 35 horas, levam tempo a adaptar.

Já passou mais de um ano desde essa mudança.

Mas se se lembrarem, desde o Verão de 2016, em que houve um certo epifenómeno de discussão sobre essa matéria, a história das 35 horas nos hospitais desapareceu. Agora, tivemos a nova medida [alargar as 35 horas aos trabalhadores com contrato individual da Saúde] e, em particular nos locais de trabalho que funcionam por turnos, temos uma pressão adicional. E há outros problemas estruturais. Durante muitos anos, não formámos médicos e, por isso, temos uma massa muito grande de médicos muito jovens, um vazio de médicos entre os 40 e os 50 e poucos, e depois outro número muito grande de médicos com mais de 55 anos, que são aqueles que se formaram a seguir ao 25 de Abril. Isto cria um desafio para o sistema ao nível da formação e da substituição. O processo de formação depende muito daqueles que têm mais experiência e nós temos um enorme vazio etário.





Público

Professores? “O OE é para todos os portugueses”

Em entrevista, o ministro das Finanças avisa que não será a luta dos professores a “pôr em risco o que foi conseguido”. E diz que em três anos deu mais 700 milhões à Saúde **Destaque, 2 a 5**

Inspectora do *Swissleaks* escapa a sanção disciplinar

Inspectora que controla as PPP teve conta numa *offshore*. MP diz que não violou código de ética **p14/15**



Cuba deixa cair comunismo e legaliza casamento gay

Parlamento de Havana vai rever Constituição, que passará a reconhecer a propriedade privada **p16**

Empresas centenárias

Há uma empresa em Lisboa que luta contra a escuridão desde 1789

P2
Verão



Programa que já não vigora é a base do ensino de Matemática

Aprendizagens essenciais da disciplina têm por base o programa de 2002, que já não é seguido nas aulas **p10**

O estranho contrato do líder do PSD-Algarve com um vogal

David Santos foi contratado em tempo recorde para empresa municipal gerida por colega no partido **p6/7**